



REUNIÃO CONSELHO DE CULTURA

ATA

CONSELHEIROS PRESENTES:

ELIZABETH MANJA

LU FORTUNATO

MARCOS POUBEL

ISAÍRA FRANÇA

ALVARO MACIEL

ROSA PERDIGÃO

EDUARDO NASCIMENTO

KATIA PIRES CHAGAS

RELATOR: LU FORTUNATO

No dia 29 de junho de 2019, nas dependências do Palacete Princesa Isabel, à Rua do Matadouro, nº 43, no bairro de Santa Cruz, o Conselho Municipal de Cultura reuniu-se em sua Reunião Ordinária territorializada à Área de Planejamento 5 (AP5) prevista para onze horas da manhã. Estiveram presentes o Sr Eduardo Nascimento, Secretário Executivo da Comissão Carioca de Promoção Cultural, Coordenador de Políticas de Igualdade Racial do Município do Rio, Conselheiro Municipal de Cultura representante da Secretaria Municipal de Cultura e representante da Secretaria Municipal de Cultura ela mesma, na ausência escusada da Sra Mariana Ribas, Secretária Municipal de Cultura; Álvaro Maciel, o Sr Vice Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Conselheiro da Cadeira de Artes Visuais; a Sra Elizabeth Manja, Conselheira da Cadeira de Artesanato; Lu Fortunato, da Cadeira de Movimentos Afro-Brasileiros e Indígenas; Marcos Poubel, Conselheiro da Cadeira de Comunicação Social; Isaíra Franca, Conselheira da Cadeira de Música; Rosa Perdigão, Conselheira da Cadeira de Cultura Popular; Katia Pires Chagas, Conselheira da Cadeira de Expressões culturais de Movimentos de Faixas Etárias. Em assistência à reunião do Conselho, esteve presente Fábio Lima Peixoto, servidor da Secretaria Municipal de

Cultura. A reunião iniciou-se às doze horas pelas apresentações de Eduardo Nascimento a respeito dos informes da SMC, da metodologia e da pauta da reunião para conhecimento dos cidadãos presentes . A respeito dos informes da SMC, Eduardo informa a programação de reuniões territorializadas do CMC, a saber, no Palácio 450 em Oswaldo Cruz, no Circo Voador no Centro da Cidade, agora no Palacete Princesa Isabel em Santa Cruz e informa que a próxima reunião dar-se-á em julho nas regiões de Jacarepaguá-Recreio-Barra da Tijuca; a respeito da metodologia, Eduardo informa que se trata de reunião aberta a todos, cabendo voto apenas aos conselheiros e que estes serão endereçados com prioridade; a respeito da pauta, informa que será votada a aprovação da ata de reunião anterior já encaminhada ao email dos conselheiros, a apresentação do PL 1029 que trata do Sistema Municipal de Cultura; a apresentação do PL 1226, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias; a discussão do balanço de 1 ano da III Conferência Municipal de Cultura, em junho de 2018, no Imperator; Eduardo prossegue pela votação de aprovação da ata da reunião anterior, em 30 de maio de 2018, no Centro Carioca de Design. Sem objeções, a ata segue aprovada por unanimidade. Elizabeth Manja toma a palavra, apresenta-se e explica aos presentes a natureza da ata recém aprovada e das reuniões do CMC. o Sr José Luiz Germano toma a palavra e externa a necessidade de se ler a ata no momento da sua aprovação, ao que responde Eduardo Nascimento acerca da disponibilização da Ata aos conselheiros previamente por email, e para a sociedade como um todo em Diário Oficial do Município e site eletrônico da SMC. Eduardo Nascimento informa ainda que pode enviar ao email dos presentes a ata, proposta apoiada pelo Conselheiro Marcos Poubel e seguida de nada a opor dos demais conselheiros; Eduardo Nascimento retoma a pauta e inicia os informes por meio de breve relatório de conclusão do Circuito Diálogo das Rodas de Samba em 27 de junho, uma iniciativa baseada no Decreto de 2015 sobre o Programa de Valorização das Rodas de Samba e em decreto de 2017 que dá continuidade à política, trata-se de iniciativa da SMC juntamente à Secretaria de Fazenda e Secretaria de Desenvolvimento, Emprego e Inovação para publicação do calendário das Rodas de Samba e desburocratização de liberação de eventos em áreas públicas; Eduardo informa que foram realizados quatro encontros territoriais (Realengo, Madureira, Centro da Cidade, Glória) e que a desburocratização trata de isentar da necessidade de alvará em áreas públicas e que também busca incentivar atividades de sustentabilidade econômica das rodas. A proposta é que seja emitida resolução conjunta pela qual a Secretaria de Fazenda isente do alvará, a SMC legitime a ação cultural, a Secretaria de Inovação se ocupe da agenda de desenvolvimento econômico. Esta iniciativa é uma parceria com a Rede Carioca de Rodas de Samba, setor de economia criativa do SEBRAE e o programa Garagem do BNDES, para que as rodas de samba sejam estruturadas como empreendimentos. A reunião do dia 27 no Circo Crescer e Viver contou com a presença de autoridades do poder público, como o Secretário de Ordem Pública, Superintendências Regionais, Secretaria de Desenvolvimento e

Emprego; Eduardo informa que a plataforma online conta hoje com 259 rodas de samba inscritas e que no último encontro houve a participação de mais 21 rodas, totalizando cerca de 280 rodas de samba cadastradas para essa iniciativa e que essa plataforma foi idealizada pelo geógrafo João Grand, da Secretaria de Assistência, e que a plataforma é georeferenciada, portanto fornece um mapeamento de todas as rodas de samba da cidade: até então 33 rodas de samba no Centro, 13 em Madureira, 14 na Glória, 9 na Tijuca, 8 em Vila Isabel, restando ainda Padre Miguel, Cacua, e outros bairros. A segunda etapa será a publicação deste calendário em julho, que dará autorização para as rodas até o final do ano de 2019, e abertura do cadastramento de expositores, trabalhadores da economia criativa ligados à cultura do samba. A proposta é que essa iniciativa sirva de modelo para outras articulações de outros setores com a linguagem da rua, sendo a próxima as rodas de rima - sarau, slams, - seguido das rodas de funk, e seguir com demais atividades que estejam na rua - rock, forró, artes visuais, circo etc. Eduardo informa ainda que enquanto não se publica a resolução, ainda estará aceitando cadastramento de novas rodas de samba ainda não mapeadas na plataforma. Eduardo prossegue informando comunicado que por intermédio da Conselheira Rosa Perdigão, a SMC em reunião com a Secretária Mariana Ribas apresentou-se proposta do Fórum das Mulheres Negras, iniciativa a ser apoiada pela SMC que dará apoio/patrocínio à Marcha das Mulheres Negras, dia 28 de julho em Copacabana, com realização de show de artistas na Sala Baden Powell, cuja arrecadação será destinada a apoiar a Marcha, encerra os informes da SMC e abre para demais informes. O Vice Presidente Álvaro Maciel tomou a palavra para apresentar o PL 1029 como instrumento legal que visa instituir o Sistema Municipal de Cultura, e que na condição de Vice Presidente, relaciona-se à parte estadual do sistema, e apresenta dois documentos de fóruns em que participou: o Fórum da Baixada do dia 10 de maio, fórum presente à ALERJ levanto suas demandas; Cita a Lei Estadual 7015, que institui o Sistema Estadual de Cultura, que prevê percentual de investimentos para a capital e para o interior; Apresenta documento da Audiência Pública da Comissão de Cultura da ALERJ, com a presença do Subsecretário Estadual de Cultura, Leandro Pestana, acompanhado do Presidente da Fundação de Cultura de Barra Mansa, Marcelo Bravo, e representantes do Conselho Estadual de Cultura; cita que a capital sempre tomou muitos recursos estaduais, excluindo-se a periferia, que a luta dos conselhos municipal e estadual é pela divisão mais democrática dessa verba - informa que atualmente o fundo estadual dispõe de 15 milhões e meio de reais, mas que houve dificuldades de se aplicar o fundo devido à incompletude do Conselho Estadual de Cultura, importante para fiscalizar a tramitação dos recursos; Houve um edital para completar duas cadeiras do conselho estadual, e tão logo se resolva essa questão do conselho estadual, haverá reunião para discutir a distribuição do fundo. Alvaro entrega cópia de ambos os documentos à Conselheira Elizabeth Manja, com entrega simbólica aos anfitriões da Zona Oeste, e esta se compromete a digitalizar e a disponibiliza por email aos presentes. Fabio Lima toma

a palavra e informa que enquanto assessor da Comissão de Cultura da ALERJ constatava notória divisão entre a Guanabara e a Capital, e ressalta a importância da articulação do Vice Presidente para coordenar essas agendas e esse debates. Alvaro Maciel retoma a palavra e explica que a territorialização de recursos também está prevista na Lei estadual 7015 e pede que todos tomem ciência dessa determinação legal e encerra seus informes. Os informes dos cidadãos presentes cuidaram de apresentar agenda de eventos de suas respectivas mobilizações, a saber: Fórum Agenda Rio 2030 em 19 de outubro na Casa Ser Cidadão; Caminhada contra Intolerância Religiosa de Campo Grande em 24 de agosto; Debate sobre Cultura na Lona Cultural de Campo Grande em 15 de julho; Aniversário do Elenco Teatral Amantes da Arte que completa nesta data 59 anos; estreia da apresentação de conclusão de oficina de teatro do Movimento Territórios Diversos em 30 de junho; Apresentação do Musical Favela 2 no Teatro Bangu Shopping nestes dois fins de semana; Oferecimento das 3 mil casa de santo de Sepetiba para atividades culturais por articulação da União Fraternal de Axé de Sepetiba e Adjacências (UFASA); Evento para idosos e portadores de necessidades especiais em Sepetiba dia 13 de julho; Reunião de mobilização para Caminhada contra Intolerância Religiosa de Campo Grande no Ponto de Cultura A Era do Rádio no dia 20 de julho. Encerrados os informes, Eduardo Nascimento prosseguiu com a pauta introduzindo o tema do PL 1029/2018, que cria o Sistema Municipal de Cultura do Rio. Eduardo rememora o papel dos ex ministros de Cultura Gilberto Gil e Jucá Ferreira na proposição de uma política pública de cultura como política de Estado, ou seja, independente e permanente em detrimento das oscilações dos governos; Eduardo explica que o sistema subdivide-se em três componentes, o CPF da cultura, ou seja, Conselho, Fundo e Plano. Eduardo ressalta que nesta gestão o conselho foi uma inovação pelo caráter de sua composição após processo territorializado de reuniões e pré conferências que possibilitaram candidaturas oriundas dos territórios, totalizando seis reuniões preparatórias - sendo a primeira no Instituto Onikoja -, cinco pré conferências, e uma conferência - a terceira conferência municipal de cultura que também é pauta desta reunião. Eduardo ressalta que dos 24 conselheiros, 1/3 originam-se na Zona Oeste, 70% são mulheres e 60% são afrodescendentes; Eduardo explica que P diz respeito ao Plano, peça mais importante para que o gestor não domine a política cultural da cidade, e convida a sociedade a participar e a se manifestar nessa construção; Eduardo explica que o F diz respeito ao Fundo, o mecanismo de financiamento do Sistema. Atualmente há a proposta de que o Fundo tenha um modelo diferente dos que foram até então apresentados, de tal forma que possa receber dotação orçamentária de diversas fontes, além do orçamento da secretaria, emendas parlamentares, convênios internacionais, parcerias público-privadas, receita da exploração econômica (bilheteria) dos equipamentos públicos da Secretaria e 20% do orçamento da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que por sua vez trabalha com percentual de 1% da renúncia fiscal do município, em torno de 50 milhões. Eduardo prossegue informando que o PL estava em ritmo de

urgência, tendo sido encaminhado para votação em novembro de 2018 para a Câmara de Vereadores, em em 15 de fevereiro, com o retorno da legislatura, ele é o projeto principal que trancava a pauta; houve uma mudança na gestão da secretaria no dia 15, com a saída da Sra Nilcemar Nogueira, então Secretária de Cultura que conduziu esse processo, e ingresso da Sra Mariana Ribas, no mesmo dia da votação; houve um segundo dia de votação com proposição de vereadores e o projeto sai do regime de urgência, e ocorreram duas reuniões públicas com os vereadores para discutir conteúdos e emendas, no dia 28 de fevereiro, e no dia 13 de março, em que se estabelece um consenso entre vereadores do PSOL e do Partido Novo, e estava tudo pronto para avançar para um parecer conjunto, mas ocorre o processo de impeachment e o projeto estaciona por 3 meses; o processo de impeachment se encerrou na última quarta feira. A Conselheira Elizabeth Manja toma a palavra e explica que a possível percepção de demora que possa haver no entendimento popular a respeito de todo esse processo mesmo pela urgência de a Cidade do Rio não ter sua lei de cultura deve-se ao fato de por exemplo estarmos no 3o mandato do Conselho, cada mandato com duração de 2 anos, e que mesmo após todos esses anos e após todas as gestões anteriores não haver um sistema, e para que esse sistema possa ser uma lei a ser obedecida por qualquer gestor que assumir a pasta da cultura, é preciso que haja esse CP, ressalta que apesar de tudo o Conselho já existe e é um avanço, já há uma redação do Sistema para votação, e tão logo tudo seja aprovado, teremos de fato um sistema com esses três elementos. Eduardo Nascimento retoma a palavra e propõe que como metodologia sejam lidos artigos por artigos Quadro Comparativo PL 1029 2018 X Emendas, e alerta que a leitura será extensa. Elizabeth Manja alerta para a extensão do quadro e da necessidade de se discutir os demais itens da pauta e da impossibilidade de se disponibilizar esse conteúdo por depender de assinatura do Sr Prefeito; Eduardo Nascimento esclarece que o conselho alinhou o conteúdo internamente, há as proposições da secretaria, a Secretaria de Assuntos Legislativos trabalhou no preparo do pacote, mas ainda não houve assinatura do Sr. Prefeito ratificando essas proposições para então haver encaminhamento à Câmara dos Vereadores, o que irá ocorrer agora em Julho. Eduardo ressalta que a preocupação agora é que não haja ruídos como os de fevereiro, em que a proposição foi chamada de Lei Rouanet Municipal. Em prosseguimento à pauta, Eduardo Nascimento pede que Elizabeth Manja inicie a leitura dos artigos onde houve emenda, e Elizabeth Manja inicia pelo Capítulo II - Dos Princípios do Sistema Municipal de Cultura , Artigo 2º, e a leitura de sua respectiva emenda modificativa, sob a qual há status de acordo na proposição; Elizabeth Manja lê o Artigo 3º e seus dez incisos, e sua respectiva emenda modificativa no inciso I, sob a qual há status de acordo; Elizabeth Manja lê o Artigo 7º e seus doze incisos, bem como seu parágrafo único, e a respectiva emenda modificativa no Inciso VI e a emenda aditiva no inciso XIII, e emenda modificativa no Inciso XI, que trata da inserção da Lei de Acessibilidade Cultural em vigor, emendas sob as quais há status de acordo na

proposição. O Conselheiro Marcos Poubel assume a leitura no Artigo 9º, e Eduardo Nascimento explica que houve uma proposição para a composição majoritária da sociedade civil no Conselho, sobre a qual não houve acordo, o que levou o Poder Executivo a impor veto e parecer contrário, já que o Conselho Nacional de Cultura, é paritário, o Conselho Estadual de Cultura é paritário, e nas principais capitais do Brasil, todos os conselhos são paritários, portanto o poder executivo avaliou por bem seguir esse padrão estabelecido, de tal forma que valha a proposição original, de composição paritária. O Conselheiro Poubel prossegue a leitura para o Artigo 9º, parágrafo 1º, e sua respectiva emenda modificativa, sob a qual há status de acordo na proposição; Diante da monotonia do processo, Eduardo Nascimento propõe mudança de metodologia, e Marcus Poubel sugere leitura apenas de emendas sob as quais não houve acordo, e Conselheira Elizabeth Manja sugere leitura de pontos polêmicos, e Marcos Poubel prossegue para leitura do Artigo 22, que trata da constituição do Fundo Municipal de Cultura FMC. e sua respectiva emenda modificativa pela Comissão Permanente de Cultura, que na forma de implementação, insere equidade racial, territorial e de gênero, bem como sua respectiva emenda modificativa pelo poder executivo que na forma de implementação preserva equidade racial e territorial e suprime gênero, sob a qual há status polêmico, e Eduardo Nascimento explica que sob essa polêmica encabeçada por vereadores da base conservadora, o poder executivo não fez acordo e aguarda votação em plenária. Marcos Poubel prossegue para a leitura do Artigo 23 e seus onze incisos, que tratam de receitas do FMC, a respectiva emenda 11 do Sr Vereador Leandro Lyra, que pede a supressão dos Incisos I e X, por este ser contrário ao emprego do orçamento da SMC e das receitas de exploração comercial dos equipamentos no Fundo Municipal de Cultura, bem como a emenda modificativa do poder executivo para o Inciso IV. Eduardo Nascimento evidencia que há parecer contrário da SMC à emenda 11 por esta ser favorável do emprego do orçamento da SMC e das receitas de exploração comercial dos equipamentos no Fundo. Marcos Poubel prossegue para a leitura do Artigo 24, respeito das modalidades de financiamento de projetos culturais por meio do Fundo, seus 3 incisos, a respectiva emenda do Sr Vereador Leandro Lyra Emenda nº 9, que sugere o emprego exclusivo de editais de seleção pública para projetos, sob a qual a SMC tem parecer contrário, e Eduardo Nascimento explica tal contrariedade por entender que a seleção por edital deve ser preponderante, mas não exclusiva, já que o emprego exclusivo de editais impede a possibilidade de realização de apoios importantes, e que a fiscalização desse emprego se dará por meio do Conselho, que passará a aprovar essas despesas. O Conselheiro Marcos Poubel prossegue a leitura do Artigo 25 e seus dois respectivos parágrafos, bem como da emenda nº 10 do Sr Vereador Leandro Lyra, que pede a supressão do artigo 25 e seus parágrafos. Eduardo Nascimento prossegue na leitura do Anexo Único, que trata das diretrizes do plano, que em seu parágrafo 2 trata de considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, ao qual cabe

emenda Nº8 do Sr Vereador Leandro Lyra que pede a supressão das respectivas estratégias , sob alegação de que ferem a soberania nacional e conferem poder para a ONU. Para essa emenda cabe status polêmico. A Conselheira Isaira França prossegue a leitura pela diretriz 2.2.1 que estabelece relações institucionais e parcerias entre cultura e educação, à qual coube emenda nº5 conjunta dos vereadores Tania bastos, Alexandre izquierdo, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Jorge Manaia, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jones Moura, Major Elitusalém. Professor Adalmir, Thiago K Ribeiro, William Coelho, Zico Bacana, Vera Lins e Welington Dias, que suprime o item de valorização da diversidade de gênero e de orientação sexual; Eduardo Nascimento faz a leitura da diretriz 2.3.3.5, que visa ampliar e garantir representatividade das mulheres e diferentes identidades sexuais e de gênero nos editais, e pela Emenda Nº6 conjunta dos vereadores Tania Bastos, Alexandre izquierdo, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Jorge Manaia, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jones Moura, Major Elitusalém. Professor Adalmir, Thiago K Ribeiro, William Coelho, Zico Bacana, Vera Lins e Welington Dias, que suprime identidade sexual e de gênero nos editais. O Sr Marcio Sampaio Martinho toma a palavra e sugere que os conselheiros se apropriem dos discursos dos vereadores para o jogo de convencimento. Eduardo Nascimento informa que essa discussão com os vereadores já aconteceu, por duas ocasiões, em que expuseram seus apontamentos e que seu conteúdo está disponível na página da Câmara, e que a discussão agora seguirá para plenária. Eduardo Nascimento informa ainda que a Conselheira Cátia Nunes, ausente por motivos de saúde, negociou proposições intermediárias junto aos vereadores, mas reconhecer ser um tema de muita polarização, mas que da parte da Secretaria, o desejo é a manutenção do texto original em que consta identidade de gênero, mesmo sobre forte crítica da bancada conservadora. Lu Fortunato prossegue pela leitura da emenda aditiva do poder público, que insere o eixo estruturante 2.6 o qual estabelece ações afirmativas que reduzam desigualdade de oportunidades, cuja estratégias 2.6.1.1, 2.6.1.2, 2.6.1.3 e 2.6.1.4 versam respectivamente sobre adoção do grupo raça/cor conforme critérios IBGE nos meios de cadastramento de todas as ações, projetos e programas da Secretaria Municipal de Cultura, sobre fomento e incentivo de programações artísticas e culturais de temática afro-brasileira nas redes de ensino, do incentivo e da manutenção de seção para guarda de obras dedicadas à cultura afro nas bibliotecas públicas conforme lei municipal 1354 de 1988, e da adoção de mecanismos de ação afirmativa e critérios de julgamento que promovam igualdade racial em editais de seleção, contratação de serviços e projetos de natureza cultural. Jorge Luiz Germano toma a palavra e indaga pela presença de cultura cigana no PL, ao que responde o Sr Vice Presidente, Álvaro Maciel, de que essas construções são respostas das demandas coletivas participantes da Conferência Municipal de Cultura, e não fruto de opinião particular, o que destaca a importância desse evento, e ressalta que este Conselho tem vocalizado para o executivo e para o parlamento a cultura como vetor de desenvolvimento. Jorge Luis Germano indaga a participação dos idosos nas discussões do conselho

e pela existência de algum programa cultural direcionado a esse público, ao que a Conselheira Katia Pires Chagas exorta a necessidade de os grupos se fortalecerem principalmente as mulheres, informa ter sido eleita pela AP5 para a cadeira de representação de faixas etárias por articulação dos idosos, e que esteve atuando na ONG Vida Feliz de Guaratiba e com o Grupo Mariama como articulação de base para sustentar a discussão. e sobretudo do grupo de quatro carros de idosos que se revezaram e estiveram presente na Conferência, e informa que após a votação do PL retomará a discussão do projeto de deslocamento sustentável proposto pela terceira idade. Eduardo Nascimento toma a palavra e retoma a pauta para a discussão do PL 1026, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Informa que houve reunião em 19 de junho em que esteve presente juntamente dos Conselheiros Alvaro Maciel, Elizabeth Manja, Sara Alonso, Estefanie Andreas, bem como Rosana de Carvalho da Secretaria de Educação, com o Subsecretário de Gestão, Paulo Eduardo, e com representante da Secretaria de Fazenda, Tai Isis, em que se discutiu o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias. Eduardo elucida que a elaboração do orçamento municipal funciona em dois momentos , no 1o semestre a elaboração das diretrizes orçamentárias, onde se definem metas relacionadas ao Plano Pluri Anual (PPA), e ao fim do ano, ha a Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser executada no ano seguinte. Na ocasião, foi apontada a dificuldade de metodologia do Poder Executivo na elaboração das diretrizes, por serem encaminhadas e coordenadas pela Secretaria de Fazenda, e a dificuldade de quantificação de dados na elaboração das metas. Eduardo informa que o Subsecretário planeja uma reelaboração do critério de elaboração das metas para que tenham um grau de veracidade e de capacidade de execução mais real; por outro lado, muitas coisas que são serviços e operações quotidianas da cidade não estão quantificadas como metas, como por exemplo, na manutenção de equipamentos, centros culturais, lonas, de tal forma que a própria manutenção da lonas culturais não está quantificada como meta. A proposta é que se estabeleça juntamente com o Conselho uma agenda para se discutir regularmente esse processo de elaboração da peça orçamentária com fins da LOA já para o final deste ano. Eduardo informa que a política cultural tem se dado de duas formas: construção e manutenção de edifícios (centros culturais) e a elaboração de dotação orçamentária para financiamento de projetos, para determinado segmento que sempre se beneficiou desses projetos. A Conselheira Elizabeth Manja toma a palavra e ressalta a importância de haver transparência por parte da Secretaria nesses temas orçamentários e por isso da criação no Conselho da Comissão de Orçamento e que uma das conquistas é mesmo essa abertura com a gestão executiva dedicada ao orçamento para maior transparência do processo e que irá estabelecer calendário para esses encontros sobretudo para que a sociedade civil participe desse direcionamento de metas. A Conselheira Elizabeth Manja informa que organizou juntamente com os Conselheiros Marcos Poubel, Isáira França, um Grupo de Trabalho de Territórios para discutir a distribuição desse orçamento para os territórios também, e nesse contexto, profere a leitura da Carta do Grupo

de Trabalho sobre reivindicação de maior atenção à Zona Oeste “Enquanto Conselheira Municipal de Cultura no assento da linguagem Economia Criativa, Gestora Cultural e representante da AP5, por meio das demandas dos produtores culturais, organizações e artistas desta região venho solicitar que seja definido como meta para 2020 que haja um percentual/cota advindos da renúncia do fomento indireto do ISS para viabilização dos projetos de artistas, sobretudo de pequenos produtores e organizações de pequeno porte submetidos e aprovados para captação desses recursos junto as empresas patrocinadoras. Nesta referida Área de Planejamento, desde a ocasião das Conferências regionais para eleição da atual gestão do Conselho Municipal de Cultura, já se discutia, enquanto solicitação dos agentes culturais locais, uma melhor distribuição desses recursos. Cabe também ressaltar, que esta meta se aplique não só em relação ao fomento indireto como também ao direto por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias e com isso que se aumente o número de ações com impacto territorial apoiadas garantindo que, em 2020, a totalidade dos bairros da AP5 seja contemplada com fomento, programação, formação ou bases de produção cultural e artística. Que haja a implementação de uma política cultural que olhe para a Zona Oeste, que tenha como diretrizes a democratização do acesso aos recursos públicos e a descentralização das ações de fomento e incentivo à produção cultural, que seja por meio de instrumentos como programas, ações entre outros mecanismos que visem a equidade de oportunidades para o desenvolvimento e o fazer cultural. Um planejamento estratégico que aponte uma meta de territorialização do fomento à cultura, aos realizadores culturais atuantes em subúrbios, periferias e iniciativas com perfil comunitário, considerando que, ações com impacto territorial positivo, deve, antes de tudo, priorizar o suprimento das necessidades da AP5 (Extremo Oeste) região cujos índices de Desenvolvimento Humano são estatisticamente comprovados como os mais baixos da cidade. A AP5 é uma região composta por 20 bairros e com mais de 1,5 milhão de habitantes (26,6% da população), localizada no extremo oeste do Município do Rio de Janeiro, possuindo uma extensão territorial de 592,33 km², correspondente a quase metade do território da Cidade (48,4%), neste amplo espaço os núcleos urbanos se adensaram em torno de estações ferroviárias, alguns bairros são tão distantes do Centro da Cidade, como Santa Cruz e Sepetiba, que chegam a 70 km de distância, muitas vezes confundidos como “outros municípios”. Apesar de ser a área com maior percentual de Indústrias, é também aquela que menos se aplicam os recursos orçamentários. Portanto, para o pleno desenvolvimento local é necessário que os planejamentos assegurem estratégias que primam por uma política cultural para este território. Nós trabalhadores da cultura da AP5 nos encontramos por décadas aguardando o investimento na região, seguimos nos organizando e acreditamos que seja necessário um incentivo/intervenção da SMC junto às empresas para que estas se interessem em aplicar suas marcas as nossas ações e que os recursos orçamentários cheguem aos nossos projetos e

ações culturais. Deste modo, venho representar a sociedade civil, por meio das demandas dos agentes culturais, especificamente da região da AP5, para tanto, solicito análise cuidadosa e deferimento das premissas desta carta, considerando que sou membro legitimamente eleita para a terceira gestão deste Conselho que é um órgão da estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, criado pela Lei no 5.101, de 27 de outubro de 2009 cuja função, dentre outras, é de assessoramento à administração pública na elaboração de diretrizes da política municipal de cultura. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2019”. O Vice Presidente Álvaro Maciel toma a palavra e exorta que os fazedores de cultura, mesmo que não sejam entendedores de planilhas orçamentárias, estejam presentes em postura de acompanhamento e de fiscalização nessas reuniões com o setor de orçamento como mecanismo pedagógico do Conselho sobre o poder executivo para inserir a sociedade na discussão para que essa participação se torne uma cultura na cidade do Rio de Janeiro. O Sr Ives Macena, gestor da Lona Cultural de Campo Grande, toma a palavra, apresenta-se como idealizador do projeto das lonas culturais, parabeniza a articulação do CMC para participação qualitativa e pondera pela participação também quantitativa nos processos de discussão e destaca ser compromisso de todos a mobilização para mais ampla participação das atividades. A Conselheira Kátia Pires toma a palavra e ratifica a praxe e a necessidade de os conselheiros articularem suas respectivas bases. O Sr Fabio Lima toma a palavra e conduz inscrição de novas falas pela ordem para que os presentes possam falar e concluir suas falas. O Sr Ives retoma a palavra e pede um compromisso coletivo de mobilização de todos para haver mais gente nas próximas reuniões, pede por uma reunião por meio do qual as empresas e principalmente seus respectivos contadores - que desconhecem as leis de incentivo de maneira generalizada - sejam apresentados à lei de incentivo, pois por sua experiência, afirma haver amplo desconhecimento das empresas da região em relação às leis de incentivo, o que ocasionou perda de patrocínio empresarial, mesmo tendo já aprovação do presidente da empresa em questão. A Sra Adriana Veridiana, representante do grupo Mariama, protagonizado por pessoas de terceira idade, toma palavra e traz à memória o processo de eleição dos conselheiros, um processo segundo ela que não foi fácil nem simples, e o fato de que o trabalho do conselheiro é voluntário com o custo de orçamento do próprio bolso do conselheiro, e lança a pergunta retórica para a reflexão de todos “qual a minha importância como representante da minha comunidade?”, de tal forma que entende a necessidade de haver respeito, empatia e cooperação para as atividades continuarem, e considera ser de extrema importância a presença das pessoas nesta reunião sobretudo porque caracterizam o avanço da noção de pertencimento da sociedade civil na coisa pública. A Sra Antonia Philippsen Boaventura, artista plástica da Zona Oeste e representante da Associação dos Artistas Visuais de Santa Teresa, toma a palavra e faz dois apontamentos: a Zona Oeste dispõe de poucos equipamentos adequados onde se possam reunir artistas e alerta que pode ser ineficaz diluir o orçamento em vários projetos de pequeno porte sem haver um local público de

referência, e destaca que em Campo Grande praticamente só há a respectiva Lona Cultural como referência, e também ressalta que o empresário patrocinador quer também uma contrapartida sobretudo de imagem e de comportamento do artista patrocinado, e novamente exemplifica que a manutenção da Lona Cultural de Campo Grande é importante para trabalhar preço e conseguir patrocínios e nesse sentido deve ser prioridade para ter projetos mais longevos do que ações efêmeras assemelhadas a colônias de férias; o Sr Jorge Luis Germano toma a palavra, indaga sobre a presença de historiadores e antropólogos no Conselho para ocupar a cadeira de patrimônio e vocalizar a história de Santa Cruz, que congrega as figuras histórias da Princesa Isabel, Dom Pedro, dos jesuítas, dos negros escravizados, pelo fato de ter sido arguido por representantes da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República SEPIR a respeito do cuidado com a história de Santa Cruz, e sugere que cada bairro tenha historiadores para contar a história do bairro; o Sr ????????? ressaltava a razão de ser do Núcleo de Orientação e Pesquisa História de Santa Cruz NOPH, por meio do qual o bairro de Santa Cruz ficou conhecido e aproveita a ocasião para passar ao Conselho um exemplar do Jornal do NOPH e publicação a respeito da nova museologia a respeito da história de Santa Cruz. Eduardo Nascimento toma a palavra e dá como informe sobre a questão do orçamento que a Sra Secretária de Cultura Mariana Ribas realizará a apresentação do panorama da situação orçamentária da SMC na próxima reunião, em julho, na Cidade das Artes, e informa ainda que para marcar o compromisso do executivo com o Conselho, a Sra Secretária de Cultura participou do programa televisivo de entrevistas Deles e Delas e o primeiro nome a ser chamado a participar com ela como convidado foi o do Vice Presidente do Conselho, Sr Alvaro Maciel. Sr Eduardo Nascimento dá continuidade à pauta passando para o último item - o balanço de 1 ano da III Conferência Municipal de Cultura, apresentando o legado de criação da Conferência, a criação dos Fóruns de Linguagens formada do colegiado dos candidatos das 5 áreas de planejamento, junto ao conselheiro eleito para criar o fórum daquela linguagem, proposta a ser retomada no segundo semestre de 2019, e convoca a Conselheira Elizabeth Manja, juntamente do Vice Presidente Álvaro Maciel, para criarem o Fórum de Linguagens das Artes Visuais do Rio de Janeiro, e ressalta ainda que os candidatos a delegados nas respectivas pré-conferências serão os articuladores dos Fóruns Regionais Culturais do Município do Rio. Eduardo Nascimento verifica e confirma quórum deliberativo para criação do Fórum Regional da AP 5, fica instituído o estabelecimento do Fórum Regional AP5 para setembro, e declara que a SMC está à disposição para estabelecimento desses fóruns, além de sugerir que o primeiro ato do Fórum Regional Cultural AP 5 seja a entrega da carta à Secretaria Municipal de Cultura e que dirija-se ao Presidente da Câmara Jorge Filipe para vocalizar a importância da Zona Oeste na articulação do PL para mudar a cara da representação cultural, e aponta que muito da dificuldade de alterar a dotação orçamentária em prol de áreas não centrais vem da debilidade de influência política de seus

respectivos grupos no parlamento, o que pode e deve ser alterado uma vez que o parque eleitoral da Zona Oeste é responsável por eleger prefeito e governador, portanto entender ser esta a hora e a vez da AP5 e reitera a importância do Fórum Regional Cultural AP5 nessa articulação de entrega da carta e sensibilização do Presidente da Câmara dos Vereadores, por meio da elaboração de outra carta que exiba a importância da AP5 no PL Municipal de Cultura, já que a participação popular efetiva desperta o interesse político dos representantes. O Vice Presidente Sr Alvaro Maciel encaminha moção de congratulações à Sra Odalice Prioste pelo trabalho realizado na região, e encerra a reunião ressaltando o compromisso do CMC que por meio desse 1 ano de reuniões ordinárias e por reuniões extraordinárias espontâneas por vezes em horários posteriores ao expediente dos prédios públicos, tem se dedicado de maneira incansável e exitosa à construção da política de estado na Cidade do Rio de Janeiro e pede uma salva de palmas para o segundo escalão que atua no apoio administrativo, e faz um panorama das Conferências Municipais de Cultura, em que na 1a não se avançou na construção da lei; cita a 2a conferência que apesar do acúmulo e da participação não avançou, e cita que o avanço da 3a conferência na construção da lei se deve à essa nova equipe de apoio administrativo e o acúmulo de participação de interessados em discutir não seus projetos pessoais, mas uma efetiva política pública. E encerrou-se esta reunião às 15 horas.